



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**  
**CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ROBERT ALVES GOMES**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DO PROJÓVEM**  
**URBANO CEARÁ**

**FORTALEZA**  
**2019**

ROBERT ALVES GOMES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DO PROJovem  
URBANO CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de Gestão de Políticas Públicas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- G617p Gomes, Robert Alves.  
Políticas Públicas de Juventude : uma análise do Projovem Urbano Ceará / Robert Alves Gomes. –  
2019.  
66 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências  
Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.  
Orientação: Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento .
1. Políticas Públicas. 2. Juventude. 3. Projovem Urbano. I. Título.

CDD 320.6

---

ROBERT ALVES GOMES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DO PROJovem  
URBANO CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de Gestão de Políticas Públicas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Gabriella Maria Lima Bezerra  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, Roberto e Patricia, especialmente a minha mãe, que sempre esteve ao meu lado.

A meu avô Raimundo (*In Memoriam*), que contribuiu nos anos iniciais com os meus estudos na universidade.

À minha irmã Rayane e a minha família por toda a confiança.

Aos meus queridos amigos do semestre 2015.2 do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, que estiveram presente durante toda essa jornada de formação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pelo dom da vida e por ser meu socorro presente nos momentos de aflição.

À minha querida amiga Livia, por toda a sua ajuda, contribuição e estímulo para a construção deste trabalho.

Ao meu amigo Paulo, por toda ajuda e pelo companheirismo nos momentos de dúvidas e incertezas no decorrer deste trabalho.

Aos amigos do semestre 2015.2: Jessica, Thaynara, Cassia, Felipe, Rebeca, Lidiane e João Vitor, por todo o incentivo durante a escrita deste trabalho.

À querida professora e orientadora Verônica, pelos acompanhamentos, considerações, incentivos e carinho prestados durante a produção deste trabalho.

À querida professora Gabriella, por ter aceito o convite para fazer parte de minha banca, pela contribuição inicial deste trabalho, pelo incentivo e carinho prestado.

À professora Celecina, por ter aceitado o convite para fazer parte de minha banca e a quem tenho carinho.

Ao Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), por permitir a realização da pesquisa com os coordenadores geral e pedagógico do Projovem Urbano Ceará.

Ao coordenador geral do Projovem Urbano Ceará, Vandebegue Uchôa, e ao coordenador pedagógico, Antônio José, pela receptividade, entrevistas e materiais disponibilizados sobre o Projovem Urbano.

A todos os docentes do curso de Gestão de Políticas Públicas, que sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Todas as conquistas começam com o simples ato de acreditar que elas são possíveis”  
(Autor desconhecido).

## RESUMO

O Projovem Urbano, é uma política pública criada pelo Governo Federal cujo objetivo é elevar a escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos, tendo em vista o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania, por meio da conclusão do Ensino Fundamental, da Qualificação Profissional e da Participação Cidadã. O presente trabalho busca analisar o funcionamento da política do Projovem Urbano Ceará. Para a contextualização da temática foi realizada uma discussão sobre o conceito de políticas públicas, sobre o conceito de juventude, assim como uma descrição da conjuntura de criação e formulação das políticas públicas para juventude no Brasil e do Projovem Urbano, uma das modalidades do Projovem Integrado. Para atingir o objetivo geral desta pesquisa, definiram-se os seguintes objetivos específicos: discutir o contexto de criação das políticas públicas de juventude, traçando uma breve análise do período de 2005-2015; discorrer sobre o Projovem e o Projovem Urbano e investigar a percepção dos coordenadores do Projovem Urbano Ceará sobre o funcionamento do Programa. Como instrumento de análise foi utilizado a triangulação, com o apoio da entrevista semiestruturada e de fontes secundárias. A pesquisa foi desenvolvida com os coordenadores geral e pedagógico do Projovem Urbano Ceará entre maio e junho de 2019, na sede do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), órgão que o executa no Estado. Como resultados, a pesquisa evidenciou que o Governo Estadual tem procurado dar continuidade ao Projovem Urbano no Estado, mesmo diante de desafios de ordem financeira (diminuição de recursos federais) e humana (conciliação entre trabalho e estudos), que dificultam o pleno desenvolvimento das atividades do Programa.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Juventude. Projovem Urbano.



## ABSTRACT

The Projovem Urbano is a public policy created by the Federal Government whose objective is to increase the education of young people 18 to 29, with a view to human development and the exercise of citizenship, through the completion of Elementary Education, Professional Qualification and of Citizen Participation. The present work seeks to analyze the operation of Projovem Urbano Ceará policy. For the contextualization of the theme, a discussion was carried out on the concept of public policies, on the concept of youth, as well as a description of the conjuncture of creation and formulation of public policies for youth in Brazil and Projovem Urbano, one of the modalities of the Integrated Projovem. In order to achieve the general objective of this research, the following specific objectives were defined: to discuss the context of creating public policies for youth, with a brief analysis of the period 2005-2015; discuss the Projovem and Projovem Urbano and investigate the perception of the coordinators of Projovem Urbano Ceará on the operation of the Program. As an instrument of analysis, triangulation was used, with the support of semi-structured interviews and secondary sources. The research was developed with the general and pedagogical coordinators of Projovem Urbano Ceará between May and June 2019, at the headquarters of the Labor Development Institute (IDT), which executes it in the State. As a result, the research showed that the State Government has sought to continue Projovem Urbano in the State, even in the face of financial challenges (reduction of federal resources) and human (conciliation between work and studies), which hinder the full development of activities from the program.

**Keywords:** Public Policies. Youth. Projovem Urbano.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNJ - Conselho Nacional de Juventude

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDT - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

MEC - Ministério da Educação

OIJ - Organização Ibero-Americana de Juventude

ONGs - Organizações não-governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PLA - Plano de Ação Comunitária

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

POP - Projeto de Orientação Profissional

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEDUC - Secretaria de Educação do Estado do Ceará

SEJUS - Secretaria de Justiça do Estado do Ceará

SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

UFC - Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Local de estudo.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 Tipo de abordagem .....</b>	<b>15</b>
<b>2.3 Objetivos da pesquisa .....</b>	<b>16</b>
<b>2.4 Procedimentos técnicos.....</b>	<b>16</b>
<b>2.5 Instrumento de coleta de informações .....</b>	<b>17</b>
<b>2.6 Análise de informações .....</b>	<b>17</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 Políticas Públicas.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2 O conceito de juventude .....</b>	<b>21</b>
<b>3.3 Considerações sobre a juventude no Brasil.....</b>	<b>23</b>
<b>3.4 Políticas Públicas de Juventude no Brasil .....</b>	<b>25</b>
<b>3.5 Considerações sobre as Políticas Públicas de Juventude entre 2005 e 2015.....</b>	<b>29</b>
<b>3.6 Avanço legais nos direitos da juventude .....</b>	<b>32</b>
<b>4 O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM).....</b>	<b>36</b>
<b>4.1 Projovem Urbano.....</b>	<b>39</b>
<b>5 O PROJOVEM URBANO CEARÁ.....</b>	<b>45</b>
<b>5.1 Análise do funcionamento do Projovem Urbano Ceará.....</b>	<b>45</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>68</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as demandas voltadas para a juventude entraram apenas recentemente na agenda das políticas públicas. O ano de 2005 representa uma importante conquista para esse segmento da população. Com a Política Nacional de Juventude através da Lei federal nº 11.129/2005 foram criadas a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

Ao ser instituída essa política, o Governo Federal inovou na concepção de políticas públicas, pois passou a considerar a juventude como uma condição social e os jovens, como sujeitos de direitos.

Esta nova concepção de política pública de juventude é norteada por duas noções fundamentais: oportunidades e direitos. As ações e programas do Governo Federal buscam oferecer oportunidades e garantir direitos aos jovens, para que eles possam resgatar a esperança e participar da construção da vida cidadã no Brasil (GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, 2006, p.07).

Vários fatores contribuíram para um olhar mais atento para esse segmento que foram fundamentais para o reconhecimento da juventude como “sujeito de direitos” e que demandam políticas públicas específicas. Com isso as políticas para a juventude passam a não mais entendê-las como uma fase de transição entre adolescência e a vida adulta ou como risco social para a sociedade.

A criação da Lei nº 11.129/2005 instituiu um dos principais programas com ênfase na juventude brasileira, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), com o objetivo de reintegrar jovens de 15 a 29 anos ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e assegurar o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. Sua origem está no diagnóstico da situação dos jovens brasileiros e no levantamento dos principais programas federais para esse segmento populacional, revelando uma atenção a esse grupo, quanto ao investimento e o desenvolvimento de novas ações.

Em 2008, o Programa passa por uma reformulação, tendo como objetivo ampliar, reforçar e integrar as ações voltadas para a juventude, como também expandir o atendimento do seu público-alvo, de Estados e municípios. É lançado então o Projovem Integrado (Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008), que eleva a faixa etária de 15 a 29 anos, passando a ser desenvolvido por meio de 4 (quatro) modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo – Saberes da Terra e o Projovem Trabalhador.

Investir em uma política nacional integrada, com programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil (PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO DO PROJOVEM URBANO, 2008, p.13).

Nesse novo formato, o Programa situa-se em um novo contexto de políticas governamentais integradas para a juventude, contando como uma de suas categorias o Projovem Urbano, visto como a continuidade do Projovem original, com o objetivo de elevar o grau de escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, que não tenham concluído o Ensino Fundamental, mas que saibam ler e escrever, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental, a Qualificação Profissional e da Participação Cidadã. Um exemplo dos Estados que aderiram ao Projovem Urbano está o Ceará, cuja experiência com o Programa se inicia em 2008, ano de sua adesão por parte do Governo Estadual, com a meta inicial de 3.000 jovens atendidos em 10 municípios, tendo como órgão executor o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) juntamente com o apoio das prefeituras municipais para o desenvolvimento de suas atividades, contribuindo ao longo desse tempo para a reinserção de jovens cearenses ao processo educacional, a qualificação profissional para o mundo do trabalho e ao desenvolvimento social.

Diversos avanços legais foram promulgados garantindo direitos para a juventude brasileira, entre eles a Emenda Constitucional nº 65 que incluiu a palavra “jovem” no capítulo da Constituição Federal “da família, criança, adolescente e idoso”, fato que contribuiu para a aprovação em 2013 do Estatuto da Juventude e do Sistema Nacional de Juventude. Apesar dos avanços e conquistas, o Brasil precisa dar respostas a problemas ainda não solucionados em nossa sociedade, como a exemplo o alto índice de homicídios, principalmente de jovens negros. A partir da solução desses entraves e do entendimento da multiplicidade e especificidades que permeiam as questões da juventude, poderemos seguir no caminho da construção da democracia.

A escolha do tema está relacionada diretamente ao fato de o pesquisador e graduando do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) ter realizado pesquisa e produzido artigo acadêmico sobre a temática. A participação na disciplina de Políticas de Juventudes, ministrada pela professora e orientadora deste trabalho, Verônica Salgueiro do Nascimento, instigou este pesquisador a dar continuidade a pesquisa.

Diante do exposto o problema que se pretende investigar é: Como se dá o funcionamento do Projovem Urbano Ceará a partir das percepções dos coordenadores geral e pedagógico do Programa? O objetivo geral desta pesquisa é investigar o funcionamento da

política pública do Projovem Urbano Ceará. Apresentam-se como objetivos específicos: discutir o contexto de criação das políticas públicas de juventude, traçando uma breve análise do período de 2005-2015; discorrer sobre o Projovem e o Projovem Urbano e investigar a percepção dos coordenadores do Projovem Urbano Ceará sobre o funcionamento do Programa.

Contribuem para o referencial teórico deste trabalho, autores como Dayrell (2003), Abramo (2005), Andrade e Bemfica (2006), Novaes (2009), Abramovay e Castro (2015), Groppo (2017), que colaboram para a discussão da temática da juventude do Brasil e sobre a sua conceituação. Tude (2010), Dias e Matos (2012) e Capella (2018), com pesquisas no campo das políticas públicas. O Estatuto da Juventude (2013) que dispõe sobre os direitos dos jovens e as diretrizes para as políticas públicas de juventude. Além disso, tiveram relevante importância neste trabalho, o Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano (2008) e o Manual do Educador: Considerações Gerais (2012) que trazem orientações estruturais e processuais das ações didático pedagógicas para o desenvolvimento do Projovem Urbano.

Para melhor compreensão deste trabalho, a pesquisa está dividida em cinco capítulos, iniciando o primeiro com esta introdução. No segundo capítulo, traçaremos o percurso metodológico da pesquisa, onde o leitor entenderá com se deu a delimitação do tema e a metodologia aplicada para construção deste trabalho. No terceiro capítulo, iniciaremos uma discussão sobre políticas públicas, sobre o conceito de juventude, assim como o contexto histórico de criação das políticas para a juventude, programas criados entre os anos de 2005 a 2015, incluindo os avanços legais para esse segmento populacional. No quarto capítulo, traçaremos a conjuntura de criação do Projovem original, com ênfase no Projovem Urbano, uma das modalidades do Projovem Integrado. No quinto capítulo, abordaremos acerca do nosso objeto de estudo, o Projovem Urbano Ceará, trazendo um breve histórico de sua adesão por parte do Governo Estadual. Neste capítulo, buscaremos analisar o funcionamento do Projovem Urbano Ceará, através de entrevistas com os coordenadores geral e pedagógico do Programa no Ceará.

## **2 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

### **2.1 Local de estudo**

O local para realização do estudo foi o Projovem Urbano e Campo, localizado na Avenida da Universidade, 2567 - Benfica, Fortaleza – CE. A escolha do objeto de estudo se deve ao fato de o pesquisador no ano de 2017 ter realizado uma Roda de conversa com os coordenadores do Projovem Urbano e Campo tendo como objetivo a produção de um artigo acadêmico para a disciplina de Políticas de Juventude do curso de Gestão de Políticas Públicas da UFC. Na ocasião e diante da viabilidade da pesquisa, o pesquisador optou pela análise do funcionamento do Projovem Urbano enquanto objeto de estudo.

### **2.2 Tipo de abordagem**

A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa, pois visa obter informações sobre determinado objeto de estudo a partir do relato do coordenador geral e do coordenador pedagógico do Projovem Urbano sobre o funcionamento do Programa no Ceará.

Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para Oliveira (2004), as pesquisas que se utilizam desta abordagem possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos. O autor ainda afirma que a abordagem qualitativa nos leva, a uma série de leituras sobre o assunto da pesquisa, a fim de descrever ou relatar o que os diferentes autores ou especialistas escrevem sobre o assunto e com isso estabelecer uma série de correlações para que possamos dar nosso ponto de vista conclusivo.

### **2.3 Objetivos da pesquisa**

Do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, ela é uma pesquisa exploratória, pois busca maior familiaridade com o problema da pesquisa no intuito de explicitá-lo ou criar hipóteses. Segundo Gil (2008) as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento, elas envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Caracteriza-se também como pesquisa descritiva pois, têm como objetivo primordial a apresentação das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2002, p. 42).

Ainda sobre esse tipo de pesquisa, Prodanov (2013) afirma que ela tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, facilitando a delimitação do tema da pesquisa, orientando a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrimento de um novo tipo de enfoque para o assunto.

Também se classifica enquanto estudo de caso, pois tem como objeto de estudo o Projovem Urbano. Consoante Gil (2008), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Para Prodanov (2013) o estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa.

### **2.4 Procedimentos técnicos**

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, se constitui uma pesquisa bibliográfica, a partir de materiais publicados e tratados, tais como livros, artigos, site de internet etc. Conforme Lakatos e Marconi (2010) esse tipo de pesquisa abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., colocando o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre



determinado assunto. Para Oliveira (2004) ela tem a finalidade de conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno.

A pesquisa também se caracteriza como documental. Consoante Gil (2008) a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Para o autor, o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, no entanto há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número.

## **2.5 Instrumento de coleta de informações**

O instrumento de coleta utilizado pelo pesquisador para atingir os seus objetivos específicos será a entrevista semiestruturada com o coordenador geral e o coordenador pedagógico do Projovem Urbano. Nesse modelo de entrevista o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.72).

Nas entrevistas semiestruturadas são combinadas perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. De acordo com Boni e Quaresma (2005), o entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, a fim de que os objetivos sejam alcançados.

Para que a entrevista fosse adequadamente realizada, o pesquisador realizou um contato prévio com os entrevistados em seu local de trabalho, a fim de explicar a finalidade da visita, familiarizá-los sobre a temática e os objetivos da pesquisa, além de apresentá-los o roteiro de entrevista. As entrevistas se deram nos dias 15 de maio e 06 de junho de 2019.

## **2.6 Análise de informações**

Quanto ao procedimento para a análise dos dados, será utilizado pelo pesquisador a técnica de triangulação. Segundo Flick (2013), a triangulação significa encarar um tema de pesquisa a partir de pelo menos duas perspectivas privilegiadas, onde a análise de dois ou mais pontos é realizada principalmente utilizando-se várias abordagens metodológicas.

Zappellini e Feuerschütte (2015) apud Stake (2005;2011) discute que a triangulação é um meio para a compreensão dos dados pelo pesquisador. Trata-se de um método que utiliza dados adicionais para validar ou ampliar as interpretações feitas pelo pesquisador. São adotadas diferentes percepções para esclarecer o significado por meio da repetição das observações ou interpretações.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Políticas Públicas

O Estado ao longo do tempo sofreu inúmeras transformações, principalmente no que se relaciona a função desempenhada na sociedade. Conforme Dias e Matos (2012) no livro “Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos” é possível perceber algumas dessas mudanças:

No início do século XX, a ação do governo era bem menos complexa e se baseava numa política intervencionista do Estado em áreas que necessitavam de sua forte presença para prevenção da ordem pública, que era realizada sem a negociação com interlocutores da sociedade civil, grupo sociais envolvidos e afetados pelas eventuais medidas. No entanto, ao longo do século XX, mudanças sociais e políticas fizeram com que o Estado assumisse cada vez mais a prestação de serviços (DIAS e MATOS, 2012, p.26 e 27).

Atualmente ele tem a função de proporcionar o bem-estar da população quanto ao desenvolvimento de ações em diversas áreas, tais como educação, saúde, segurança pública, esporte, cultura, lazer entre outras. Essa nova demanda social, requer por parte do Estado uma atuação diferenciada e mais diretamente ligada aos problemas cotidianos da sociedade (TUDE, 2010, p.01).

Objetivando dar respostas a essas demandas sociais, os governos fazem uso das Políticas Públicas para resolver as necessidades da sociedade. Segundo Secchi (2015) “uma política pública constitui-se uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, estando ela relacionada a dois elementos fundamentais: a intencionalidade pública e resposta a um problema público”.

Para Tude (2010) elas tradicionalmente, “Compreendem o conjunto de decisões e ações propostas geralmente por ente estatal, em uma determinada área, de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil”.

Dias e Matos (2012) a definem como “Conjunto de princípios, critérios e linhas de ação, que garantem e permitem a gestão do Estado na solução dos problemas nacionais.” Outra definição trazida pelos autores é de que, “São ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo como objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana”.

São inúmeros os conceitos sobre o termo. Segundo Souza (2006), não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Ainda sobre o conceito, Gianezini et al (2017), diz que “A ideia de política pública é algo complexo, pois não há uma teoria completa e definida sobre o tema, mas sim vários conceitos que formam o que pode ser traduzido como política pública”.

Sendo resultado da atividade política, as políticas públicas requerem estratégias para o seu desenvolvimento. No tocante ao processo de sua formulação, estas apresentam diversas fases ou estágios, interligados entre si, são eles: Primeira fase - Formação da Agenda (Seleção das Prioridades); Segunda fase - Formulação de Políticas (Apresentação de Soluções ou Alternativas); Terceira fase - Processo de Tomada de Decisão (Escolha das Ações); Quarta fase - Implementação (ou Execução das Ações) e Quinta fase - Avaliação (SEBRAE MG, 2008, p. 10).

Dentro do cenário político são diversos os atores, cuja função principal está em influenciar o processo das políticas públicas a fim de que seus interesses próprios ou de grupos sejam atendidos. Conforme Capella (2018) dentro do jogo político, os atores podem ser divididos em atores estatais e atores privados. Os primeiros são aqueles ligados diretamente à administração pública, já o segundo, embora não estejam ligados a máquina estatal, procuram participar das decisões do Estado.

Vale ressaltar que as políticas públicas devem estar a serviço dos assuntos públicos conforme uma agenda pública. Consoante Howlett, Ramesh e Perl (2013) “A montagem da agenda, o primeiro, e talvez o mais crítico, dos estágios do ciclo de uma política pública, se refere à maneira como os problemas surgem ou não enquanto alvo de atenção por parte do governo”. Nesse processo, algumas questões são priorizadas, ou seja, alçadas ao topo da hierarquia de importância, enquanto outras assumem uma condição de menor relevância (CAPELLA, 2018, p.31).

Sobre o processo de planejamento, Dias e Matos (2012) afirmam que “A elaboração da política pública passa por um processo no qual se define o como e o porquê da inclusão na agenda do governo de certos problemas, da escolha do governo de certas ações no lugar de outras e da adoção de certos padrões de implementação e determinados critérios de avaliação de suas políticas”.

Os autores também explicam que a discussão sobre políticas públicas atualmente deve considerar três grandes tendências em escala mundial: a globalização da economia, a transformação do Estado e o processo de descentralização. Essas tendências “influenciam os programas nacionais de desenvolvimento, alteram o papel das instituições públicas,

reorientam os processos de integração nacional, pressionam por mudanças organizações, alteram a relação público-privado, promovem o surgimento de novos atores políticos e fortalecem a territorialidade dos processos socioeconômicos” (DIAS e MATOS, 2012).

No caso das políticas públicas de juventude, estas são recentes no cenário brasileiro. A atenção para esse segmento populacional inicia-se a partir do final da década de 1990, em virtude de debates promovidos por diversos atores que introduzem essa temática como pauta para ações governamentais, mas suas ações são de caráter preventivo, entendidas à época enquanto problema social. Os significados atribuídos a um conceito constituem e delimitam socialmente o problema ao qual as políticas públicas devem dar respostas, assim como o leque de possíveis alternativas (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2013, p.12). Por isso, cabe aqui destacar o fundamental entendimento sobre o conceito de juventude, quanto ao processo de construção das políticas públicas, como poderemos ver no tópico a seguir.

### **3.2 O conceito de juventude**

São diversas as visões que a sociedade tem sobre os jovens, muitas vezes visões que se complementam ou se contradizem. Uma hora são vistos enquanto problema social, em outro momento enquanto indivíduos vulneráveis, ora sujeitos de direitos ou sinônimo de força produtora na economia (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2013, p. 10). Ao lado desses pontos de vista, ainda existe a tradicional ideia de que a juventude é uma fase de preparação para uma vida adulta futura, uma condição social com qualidades específicas e que se manifesta de diferentes maneiras. Sobre o assunto, Abramo (2005) diz que “a falta de precisão e consenso na definição da condição juvenil, se dá em torno do caráter e dos marcos da transição para a vida adulta, considerada como um dos processos mais significativos dessa etapa da vida”.

Conforme Dayrell (2003), “construir uma definição do que é juventude não significa uma tarefa fácil, pois os critérios que a constituem são históricos e culturais, ou seja, sua definição relaciona-se a algo construído dentro do contexto da própria sociedade”. Sobre o termo o autor sinaliza que:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (DAYRELL, 2003, p. 42).

Seguindo a linha de pensamento do autor, Andrade e Bemfica (2006) em seus estudos afirmam que “a vivência juvenil na contemporaneidade tem se mostrado mais complexa, combinando processos formativos com processos de experimentação e construção de trajetórias que incluem a inserção no mundo do trabalho, a definição de identidades, a vivência da sexualidade, da sociabilidade, do lazer, da fruição e criação cultural e da participação social”.

Ainda nessa perspectiva, Abramovay e Castro (2015) trazem a ideia de que “a juventude por definição é uma construção social, uma produção de uma determinada sociedade, relacionada com formas de ver os jovens, inclusive por estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça, grupo, contexto histórico entre outras”.

Diante das afirmações dos autores citados verifica-se que a juventude não é única e muito menos pode ser vista sob uma única ótica. Tem sido cada vez mais importante entender que não existe apenas uma juventude no singular, mas juventudes no plural, haja visto que ela apresenta suas multiplicidades e especificidades, assim como uma diversidade de situações que são vivenciadas e experimentadas por esses indivíduos durante essa etapa da vida numa mesma sociedade.

No que se relaciona a uma definição de idade para essa categoria, mesmo que ocorra imprecisões e até mesmo injustiças, é considerado jovem no Brasil os indivíduos com idades entre 15 e 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude, dispositivo legal que dispõe sobre os direitos dos jovens e que estabelece princípios e diretrizes para formulação de políticas públicas para os mesmos. No entanto, consoante o Conselho Nacional de Juventude no documento Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas (2006), “a classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível e genérica para a elaboração de políticas públicas”.

Em meio a uma sociedade marcada por desigualdades expressadas de diferentes maneiras, são inúmeras as que afetam o desenvolvimento integral da juventude, como a exemplo as de raça, gênero, orientação sexual ou condição econômica. Além destas variáveis, também podemos destacar os impactos dessas desigualdades quanto “o acesso aos bens e serviços comuns (serviços e equipamentos públicos, cultura, acesso e produção da informação, comunicação e tecnologia), circulação e apropriação da cidade, exposição à violência e situações de vulnerabilidade” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2013, p.10).

Por fim, compreender a juventude para Novaes (2007) é “desvendar o mundo de hoje”. Para a autora os dilemas e perspectivas da juventude contemporânea estão inscritos em um tempo que conjuga um acelerado processo de globalização e crescentes desigualdades sociais. Ou seja, quando compreendermos o jovem enquanto sujeito de direitos e de deveres, e entendermos suas especificidades e o seu contexto social, com certeza estaremos caminhando para um país mais democrático e inclusivo socialmente.

### **3.3 Considerações sobre a juventude no Brasil**

A juventude brasileira é bastante diversa, seja em termos de cultura, classe social ou de desigualdades. De acordo com dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 51 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, representando pouco mais de um quarto da população total do país. A distribuição da população residente no país, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2018 compreende que as pessoas de 0 a 17 anos totalizavam 24,8%; as de 18 a 24 anos 10,9% e as de 25 a 29 anos de idade 7,2% da população.

No que se relaciona a educação, segundo dados do IBGE por meio da PNAD Contínua de 2017, estimou-se que:

- 25,1 milhões das jovens de 15 a 29 anos de idade não frequentavam a escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional, assim como não haviam concluído um curso de graduação;
- 52,5% desses jovens eram homens e 64,2% se declararam pretos ou pardos;
- 55,1% tinham ensino médio completo ou superior incompleto e 23% possuíam ensino fundamental completo ou médio incompleto e 21,9% não possuíam nenhuma instrução ou apenas o fundamental completo;
- Dentre os principais motivos que interferiam no nível de instrução dos jovens estavam: trabalho (trabalhava, procurava trabalho ou conseguiu trabalho que iria começar em breve) (39,7%); não tinha interesse (20,1%); e pelo motivo de ter que cuidar das atividades domésticas ou de pessoas (11,9%);
- O índice que mais se destacou foi o trabalho, sendo mais frequente entre os homens (49,4%) do que entre as mulheres (28,9%). Além disso, 24,2% dos homens declararam não ter interesse em estudar ou se qualificar, entre as mulheres o percentual foi de 15,6%.

Considerando a ocupação desses jovens em 2017, com base na mesma pesquisa:

- 17,4% dos homens e 28,7% das mulheres não estavam ocupadas, nem estudando ou se qualificando. Nessa categoria, a proporção de pessoas brancas representava 18,7% e as de cor preta ou parda 25,9%;
- 13,3% estavam ocupadas e estudando, 23,0% não estavam ocupadas nem estudando; 28,7% não estavam ocupadas, porém estudavam e 35% estavam ocupadas e não estudando;
- Entre as pessoas de 15 a 17 anos, 78,3% se dedicavam exclusivamente aos estudos; entre as pessoas de 18 a 24 anos, a maior parte estava ocupada e não estudava (34,7%) e nas pessoas de 25 a 29 anos, 57,4% estava ocupada e não estudava, e 25,6% não ocupada e não estudava.

Em relação ao mercado de trabalho, o maior entrave se dá por conta da falta de experiência, fazendo com que os jovens sejam os que mais sofram. Conforme o Portal G1, com base nos dados divulgados pelo IBGE a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua no segundo trimestre de 2018, do total de 13 milhões de desempregados no país, 32% têm entre 18 e 24 anos, essa taxa de desemprego é mais que o dobro da taxa da população em geral que apresentou 12,4% no segundo trimestre e entre os jovens esse percentual saltou para 26,6%.

No plano da violência no Brasil os índices são alarmantes, em especial contra a juventude negra. Segundo o Atlas da Violência de 2018, a taxa de homicídios de negros é duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%), um crescimento de 23,1% entre anos de 2006 a 2016. Os estados que apresentam as maiores taxas de homicídios de negros segundo a pesquisa foram os estados de Sergipe (79,0%) e o Rio Grande do Norte (70,5%).

A desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança. Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p.41).

Essa violência contra a juventude não se limita apenas aos homicídios. Conforme dados do Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil (2015), os jovens entre 18 a 29 anos representam 54,8% da população carcerária brasileira, o que aponta para mais uma forma de vitimização desse segmento no Brasil. Conforme a pesquisa trazida no documento, a maioria das vítimas de homicídios tem o mesmo perfil da maioria dos presos, ou seja, são homens,



negros e com menos de 30 anos, isso significa dizer que, assim como as mortes violentas, o encarceramento no país está focalizado na população jovem e negra.

### **3.4 Políticas Públicas de Juventude no Brasil**

Com o estabelecimento do Ano Internacional da Juventude pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1985, junto ao esforço de agências intergovernamentais a exemplo da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), representaram um importante avanço para que as questões sobre a juventude entrassem na agenda de políticas públicas dos países da América Latina no decorrer da década de 1990.

O Brasil, no entanto, vivenciou uma distinta relação se comparado aos países da América Latina no que se relaciona ao desenvolvimento de políticas para esse segmento populacional. As ações desenvolvidas pela ONU tiveram pouco reflexo no que tange a formulação de programas ou organismos específicos para esse grupo, visto que a princípio a atenção estava voltada a proteção das crianças e dos adolescentes, havendo pouca relevância a temática da juventude naquele momento. A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, foi um marco para a questão juvenil, mesmo que suas diretrizes fossem aplicadas apenas para a faixa etária de 18 incompletos, o que foi alvo de inúmeras críticas, pois os jovens maiores de 18 anos ficavam de fora do alcance das ações e debates trazidos pelo Estatuto.

Consoante Silva e Andrade (2009), “as referências à juventude faziam-se apenas no sentido de denunciar sua apatia e seu conservadorismo em contraste com as gerações passadas, engajadas, combativas e propositivas”. Segundo as autoras, a juventude somente iria ganhar atenção enquanto questão política e tema de políticas públicas, depois do processo de redemocratização trazida pela Constituição, no entanto, era visível que mesmo afastados do tema, muitos jovens e organizações juvenis tiveram participação ativa na luta pela redemocratização e da construção de pautas dentro de movimentos sociais.

O desenvolvimento de ações por parte do Governo Federal se deu a partir do final da década de 90 e início do século XXI, muitas dessas ações tinham como parceiros organizações não-governamentais (ONGs), fundações empresariais e instâncias do Poder Executivo, e que estavam mobilizadas nas três esferas de governo.

Segundo Sposito (2003), no que se relaciona ao tratamento do tema da juventude, enquanto política pública, “é preciso recompor um desenho de ações que emerge do reconhecimento de que alguns problemas afetam grande parcela da população jovem,

sobretudo a partir da década de 1990, e lançando-a numa condição que se tornou usual conceituar como “risco social”. Os programas desenhados até então, tinham como foco os jovens excluídos, ou seja, os que se encontravam em situação de vulnerabilidade, uma vez que, entre as percepções associadas a juventude estava à violência, os comportamentos de risco e a violação da lei.

Os programas tinham em seus desenhos ações que contemplavam áreas como saúde, segurança pública, trabalho e emprego, como os problemas sociais a serem vencidos. Ainda de acordo com Sposito (2003), dentro das políticas estratégicas estava a ideia de prevenção, controle ou de efeito compensatório dos problemas que atingiam a juventude. Em muitas formulações era possível reconhecer que a condição juvenil se apresentava como um elemento problemático em si mesmo, exigindo ações de enfrentamento, ou seja, a ênfase no primeiro momento, estava na necessidade de contenção e prevenção dos jovens. O autor ainda sinaliza que dentro dessas estratégias, apresentava-se os programas esportivos, culturais e de trabalho, direcionados ao controle social do tempo livre dos jovens de bairros pobres das grandes cidades (SPOSITO, 2003, p.28). Com isso, era predominante que as ações tivessem como foco os setores apresentados como vulneráveis, de risco e de violação da lei, tendo como público normalmente a juventude urbana, pobre e negra brasileira.

Juntamente ligadas a essas iniciativas, organizações e grupos juvenis começaram a emergir em diversos campos (cultura, esporte, movimento estudantil, político-partidário entre outras) que pressionavam o poder público a reconhecer os problemas específicos que os afetavam, e que principalmente, formulassem políticas com ações que não vissem somente eles enquanto um problema social.

Durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso foram desenvolvidas ações que visavam à juventude, por parte de diversos Ministérios. Entre o período de 1994 a 2002 foram lançados 33 programas com foco na juventude, realizados através de parcerias com ONGs, fundações empresariais e pelo repasse de recursos para Estados e municípios para sua execução. No geral, desses 33 programas que foram lançados, 18 tinham foco direto no segmento juvenil, 10 com foco nas faixas etárias de crianças e jovens ou jovens e adultos e 5 tinham alcance eventual dos jovens.

É preciso ressaltar, ainda como afirma Sposito (2003), que não existiam canais democráticos que assegurassem aos jovens espaços de debate e participação para a formulação, acompanhamento e avaliação dessas ações. Isso porque, mesmo em um contexto de políticas descentralizadas nos Estados e municípios, os órgãos federais exerciam forte influência quanto a execução das ações, dificultando o acesso da participação social. Ao

governo sucessor de Fernando Henrique Cardoso, estaria a tarefa de articular essas ações, a fim de superar a fragmentação anterior, como a da falta de uma avaliação do impacto dos programas até então desenvolvidos. Ao término das eleições para presidente em 2002 no país, uma intensa discussão dentro da sociedade civil tomou conta do cenário brasileiro. Eram discussões desenvolvidas principalmente por organizações nacionais e internacionais, com o objetivo de contribuir para formação da agenda política do novo governo que se iniciaria.

Em 2003, é constituída a primeira Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude na Câmara Federal (CEJUVENT), que realizou inúmeras ações nacionais e internacionais, e que colaboram na produção de documentos que foram base para importantes marcos legais (Emenda Constitucional, o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude).

A partir do ano de 2004, é iniciado no país um amplo diálogo entre o governo e os movimentos sociais a fim de criar uma política de juventude, o que concede uma projeção nacional à temática da juventude. Entre as inúmeras iniciativas importantes que se destacam, estão:

- I. Realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados;
- II. Criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República;
- III. Realização do Projeto Juventude;
- IV. Encaminhamento de Projeto de Lei (PL) propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL nº 4.529/2007);
- V. Encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL nº 4.530/2004).

Ainda em 2004, o Governo Federal instituiu um grupo interministerial, composto por 19 Ministérios e Secretarias Especiais, com o objetivo de criar bases para a Política Nacional de Juventude, procurando a integração de programas com foco na juventude. Como resultado desse esforço, em 2005 foram criados, por Medida Provisória convertida na Lei 11.129, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), que tinham como objetivo articular, formular e avaliar as ações voltadas para a juventude. A criação dessas instâncias estava no sentido de que elas atuassem para promover o desenvolvimento integral dos jovens, garantindo-lhes igualdade de acessos e oportunidades (BRASIL, 2014). Juntamente a essas instâncias também foi criado o Programa Nacional de

Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária (Projovem). Tais medidas representaram um importante marco para a Política Nacional de Juventude no Brasil.

São atribuições dessas instâncias:

Secretaria Nacional de Juventude (SNJ):

- Formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude;
- Articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude;
- Desempenhar as atividades da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Juventude.

Conselho Nacional da Juventude (CNJ):

- Formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude;
- Fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), com foco em jovens que apresentavam as seguintes características:

- Tinham entre 18 e 24 anos;
- Haviam concluído a 4ª série, mas não a 8ª série do ensino fundamental;
- Não tinham vínculo empregatício.

Vale destacar que a criação da Política Nacional de Juventude nasce a partir do levantamento dos principais programas federais para esse segmento, assim como do diagnóstico da situação dos jovens brasileiros, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), onde foram identificados com essa pesquisa, a fragilidade institucional e a fragmentação das políticas de juventude.

No relatório produzido pelo Grupo Interministerial, ainda foram identificados nove desafios para a Política Nacional de Juventude, a saber: Ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; Erradicar o analfabetismo entre os jovens; Preparar para o mundo do trabalho; Gerar trabalho e renda; Promover vida saudável; Democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; Promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; Estimular a cidadania e a participação social e Melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Diante de todo esse processo, que culminou com a criação da Política Nacional de Juventude em 2005, as políticas públicas para esse segmento no país passaram a visualizar a

juventude como condição social e o jovem enquanto sujeito de direitos. Em seus novos desenhos institucionais, as políticas começaram a ser pensadas a partir do entendimento de que a juventude não é única, mas sim diversa, apresentando multiplicidades e especificidades conforme o contexto em que vivem. O documento Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas acrescenta que as políticas públicas para a juventude atualmente reúnem uma diversidade de temas, como educação, trabalho, segurança, esporte, cultura, tecnologias da informação e comunicação, saúde, empreendedorismo, direitos humanos e participação social (IPEA, 2016, p.09). Cabe, através dessa pluralidade de enfoques, fazer com essas políticas respeitem e integrem essas diversidades de juventudes presentes em nosso país.

### **3.5 Considerações sobre as Políticas Públicas de Juventude entre 2005 e 2015**

O ano de 2015 marca uma década de um importante ciclo de políticas públicas para a juventude no país iniciado em 2005 com a Lei nº 11.129 que cria a Política Nacional da Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), tendo como ápice a promulgação do Estatuto da Juventude e a instituição do Sistema Nacional de Juventude em 2013 com a Lei nº 12.852. Esse intervalo de tempo é considerado, “um período rico em políticas sociais (redistributivas e de reconhecimento), que vêm atingindo, direta ou indiretamente, a juventude brasileira” (AGENDA JUVENTUDE BRASIL, 2016, p.07).

Ribeiro (2016) afirma que, esses novos espaços institucionalizados no Brasil, ganharam força desde a Constituição Federal de 1988, fato que provocou um novo olhar sobre os brasileiros, especialmente da população jovem.

Pode-se observar que a consolidação dessas instâncias tem impulsionado o próprio debate sobre o que é ser jovem hoje em nosso país (identidades, direitos, demandas etc.), a implementação de centenas de representações governamentais municipais e estaduais de juventude em todo o território nacional, um conjunto de programas em diferentes áreas, a aprovação (em agosto de 2013) do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852) e os recentes debates sobre o Sistema Nacional de Juventude e o Plano Nacional de Juventude (RIBEIRO, 2016, p.287).

No entanto, mesmo com esses importantes avanços, a autora sinaliza que o campo da análise e da avaliação de políticas públicas de juventudes, ainda se configura bastante incipiente no país, carecendo de mais estudos, chegando a afirmar que a simples existência e a ampliação de programas e políticas voltadas a juventude não garantem, por si só, a qualidade no atendimento dos interesses e direitos dos jovens (RIBEIRO, 2016, p. 300).

De modo geral, as políticas públicas de juventude devem visar a promoção da igualdade de acessos e oportunidades, valorizando a diversidade dos jovens.

Em resumo, as Políticas Públicas de Juventude devem ser vistas como vias para a efetivação de direitos – já consagrados ou a consagrar. Nesta ótica, ao efetivar direitos, os Programas e Ações implementadas pelo poder público estarão respondendo a demandas juvenis de distribuição, de reconhecimento e de participação e, desta maneira, estarão gerando oportunidades para que os jovens construam suas trajetórias de autonomia e emancipação (BRASIL, 2014, p.56).

Além de buscarem efetivar direitos, devem também buscar ser políticas transversais, principalmente na integração com outras políticas públicas, e atuando no fortalecimento do diálogo entre o poder público e a sociedade civil. É preciso entender que nenhuma política de juventude se desenvolve sozinha ou isolada, ela se faz ao trabalhar junto com o jovem enquanto um sujeito integral, que demanda diferentes necessidades e desejos (BRASIL, 2014, p.59).

Dentro dessa perspectiva, conforme informações disponíveis no site da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), é possível visualizar a criação de um conjunto de programas com foco na juventude entre os anos de 2005 a 2015, são eles:

- **Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (2007):** o programa atua na distribuição de livros didáticos de português e matemática para a alfabetização de jovens e adultos de instituições parceiras do programa;
- **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) - (2007):** o programa tem como objetivo propiciar condições para que as instituições federais de ensino superior democratizem o acesso, a permanência e a realização dos cursos com sucesso por seus estudantes;
- **Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - (2008):** tem como objetivo garantir a permanência de estudantes de baixa renda em instituições federais de ensino superior, buscando a igualdade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico;
- **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) - (2005):** tem como objetivo ampliar o número de vagas em cursos de educação profissional, integrando educação profissional à educação básica;
- **Programa Protejo - (2007):** o programa tem como objetivo identificar, acolher e acompanhar jovens que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e expostos à violência;

- **Brasil Profissionalizado - (2007):** o programa tem como objetivo a expansão, ampliação e modernização das escolas das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, para expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio, principalmente do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica;
- **Projeto Farol - Oportunidade em Ação - (2009):** o programa tem como objetivo ampliar, dar apoio e articular ações e práticas sociais voltadas aos adolescentes e jovens negros e em situação de alta vulnerabilidade social; adolescentes em conflito com a lei ou em cumprimento de medidas socioeducativas; adolescentes egressos do sistema socioeducativo e jovens egressos do sistema prisional, com vista a ressocialização;
- **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) - (2011):** o programa tem como objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- **Médio Tec – (2011):** o programa tem como objetivo a educação técnica, disponibilizando vagas gratuitas em cursos técnicos aos estudantes regularmente matriculados no ensino médio, prioritariamente em instituições da rede pública, a partir do 2º ano;
- **Observatório Participativo da Juventude – (2011):** o programa teve seu primeiro desenho em 2011, passando a ser executado em 2012. O Observatório configura-se como um ambiente virtual interativo que tem como objetivo a produção de conhecimento sobre/para/pela a juventude brasileira e à participação e mobilização social;
- **Pronatec Campo – (2012):** o programa é uma das modalidades do PRONATEC, tem como objetivo a formação e qualificação profissional de agricultores e agricultoras familiares;
- **Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – (2012):** o programa tem como objetivo promover o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, que fazem parte da Política de Assistência Social, ao mundo do trabalho;
- **Programa Estação Juventude – (2012):** o programa tem como objetivo equipar espaços públicos, tais como centros de juventude, parques, praças, centros de referência e espaços culturais, com instrumentos e administradores capacitados para

disponibilizar informações, orientações e atividades aos jovens, no estímulo à inclusão, a autonomia e a participação social;

- **Formação Agroecológica e Cidadã - (2013):** o programa tem como objetivo contribuir com a inclusão socio produtiva de jovens rurais e suas organizações, através de metodologias de formação de colaboradores;
- **ID Jovem – (2015):** a Identidade Jovem, é o documento que garante acesso aos benefícios da meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos, da reserva de vagas em veículos do sistema de transporte coletivo interestadual e da gratuidade na emissão da Carteira de Identificação Estudantil a jovens de baixa renda.

Com isso, verifica-se que a SNJ potencializou ao longo desse período uma série de programas voltados aos jovens brasileiros, em áreas como educação, capacitação profissional, mobilidade urbana, cultura, lazer entre outras áreas, traçando novos desenhos institucionais para as políticas e gerando cada vez mais oportunidades e inclusão social dos jovens, precisando mais do que nunca serem fortalecidos.

### **3.6 Avanço legais nos direitos da juventude**

Assim como a criação de série de programas, o campo das políticas de juventude também contou com o estabelecimento de importantes marcos legais, que nascem a fim de garantir os direitos da juventude brasileira. A exemplo desses avanços podemos citar, a Emenda Constitucional nº65, o Estatuto da Juventude e a institucionalização do Sistema Nacional de Juventude.

- **Emenda Constitucional nº 65**

A aprovação dessa emenda representa um importante marco legal para as políticas de juventude, inserindo o termo "jovem" na Constituição Federal de 1988, pois altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição e modifica o art. 227 para cuidar dos interesses da juventude.

A “nova redação” passa a vigorar da seguinte forma: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-



los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

- **Estatuto da Juventude**

Promulgado pela Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013, o Estatuto da Juventude constitui um grande marco para as políticas públicas para a juventude, pois traz os direitos dos jovens e os princípios e diretrizes das políticas para esse grupo. O dispositivo considera os jovens como às pessoas de 15 e 29 anos, e estabelece a obrigação do Estado, mesmo que independente do governo de que sejam asseguradas políticas específicas para o público jovem.

A Seção I do estatuto define os princípios do disposto e de como as políticas públicas de juventude devem ser regidas, são eles:

- I. Promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II. Valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III. Promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do país;
- IV. Reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V. Promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI. Respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII. Promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação;
- VIII. Valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Na Seção II - Diretrizes Gerais, o dispositivo estabelece que os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes:

- I. Desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações;
- II. Incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação;
- III. Ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios;
- IV. Proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos

simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental;

- V. Garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;
- VI. Promover o território como espaço de integração;
- VII. Fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude;
- VIII. Estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude;
- IX. Promover a integração internacional entre os jovens, preferencialmente no âmbito da América Latina e da África, e a cooperação internacional;
- X. Garantir a integração das políticas de juventude com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública;
- XI. Zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto.

O Estado brasileiro reconhece também com o Estatuto o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país, garantindo os direitos de acordo com a especificidade dessa população. Entre os direitos previstos estão: Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Direito à Educação; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; Direito à Diversidade e à Igualdade; Direito à Saúde; Direito à Cultura; Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Direito ao Desporto e ao Lazer; Direito ao Território e à Mobilidade; Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente e o Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

- **Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)**

O SINAJUVE nasce do desdobramento da Lei nº 12.852/2013 que institui o Estatuto da Juventude. O dispositivo fixa as competências da União, Estados e Municípios para a promoção de políticas públicas de juventude e constitui como o viés prático e pragmático para o desenvolvimento e implementação de programas que atinjam os resultados necessários para a garantia dos direitos estabelecidos pelo Estatuto (BRASIL,2017).

São diretrizes do SINAJUVE:

- I. Descentralização das ações e a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II. Promoção da participação social, especialmente dos jovens, na formulação, na implementação, no acompanhamento, na avaliação e no controle social das políticas públicas de juventude;
- III. Respeito à diversidade regional e territorial;
- IV. Atuação em rede e a articulação entre o Poder Público e a sociedade civil;
- V. Transparência e a ampla divulgação dos programas, das ações e dos recursos das políticas públicas de juventude.

São objetivos do SINAJUVE:

- I. Promover a intersetorialidade e a transversalidade das políticas, dos programas e das ações destinadas à população jovem;
- II. Estimular o intercâmbio de boas práticas, de programas e de ações que promovam os direitos dos jovens previstos no Estatuto da Juventude;
- III. Integrar as políticas públicas de juventude ao ciclo de planejamento e orçamento públicos anual e plurianual;
- IV. Ampliar a produção de conhecimento sobre a juventude;
- V. Incentivar a cooperação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e as Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal para a observância do Estatuto da Juventude;
- VI. Estimular e articular a elaboração e a implementação dos planos de juventude dos entes federativos.

Apesar desses avanços legais serem recentes no Brasil, estes constituem-se lutas e reivindicações antigas na busca da garantia dos direitos para a juventude, mas que infelizmente só puderam ser efetivados após muitas pressões para que a temática ocupasse lugar na agenda política. Nesta perspectiva, é visível também uma contradição em nosso país, onde os programas e políticas públicas ocorreram primeiro que a efetivação legal dos direitos dos jovens e das diretrizes para a implementação de políticas específicas para os mesmos.

No capítulo a seguir, traçaremos a conjuntura de criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária (Projovem) criado em 2005, representando a primeira política pública com foco na juventude brasileira e que origina o Projovem Urbano em 2008.

#### **4 O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM)**

Em 2004, a partir da mobilização de inúmeros ministérios e entidades na discussão da temática da juventude, é realizado um diagnóstico da situação dos jovens brasileiros. Como resultado, há a criação no ano seguinte da Política Nacional de Juventude, assim como da Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária (ProJovem), conforme dito anteriormente.

Em meio a carência de uma política pública para o segmento juvenil, é proposto pelo governo a criação de um programa que fosse capaz de resolver, pelo menos em parte, as mazelas por que passam uma significativa parcela dos jovens brasileiros, [...] A proposta do Projovem consistia em amenizar os problemas que afligiam a maioria dos jovens que estavam em situação de exclusão (ALVES, 2015, p.47 ).

Nesse cenário é criado em 2005 através da Lei nº 11.129, o Projovem, representando um componente estratégico da Política Nacional da Juventude. A sua gestão coube à Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude, sendo compartilhada com os Ministério da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Conforme o art. 1º da lei de criação, o Programa teve um caráter emergencial e experimental, com ações integradas destinadas a jovens na forma de curso, conforme art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, proporcionando aos jovens: Elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p.13).

A princípio o Projovem foi destinado a jovens de 15 a 24 anos, respeitando os requisitos de não ter concluído a 4ª série e nem concluído a 8ª série do ensino fundamental, bem como não tivessem nenhum vínculo empregatício, ficando a União a responsável por conceder auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100,00 aos alunos do Programa, no período máximo de 12 meses ininterruptos. Como meta inicial, o Programa previu o atendimento de cerca de 200.000 jovens entre os anos de 2005 a 2008 com atuação em todos as capitais do país e Distrito Federal (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p. 13). Diante dos resultados positivos, houve então a proposta de se ampliar e integralizar as diversas ações desenvolvidas nos ministérios para a juventude.

Em 2007 é então constituído um Grupo de Trabalho sobre Juventude, que reunia representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento, buscando articular a experiência exitosa dos anos iniciais em um programa integrado, além de demonstrarem perspectivas promissoras quanto ao investimento em um programa amplo e diversificado direcionado a inclusão social dos jovens brasileiros.

O investimento em uma política integrada, com o desenvolvimento de programas e ações direcionadas ao jovem brasileiro representa uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil. [...] o ProJovem Integrado se articula por duas noções básicas: a) OPORTUNIDADES para todos e b) DIREITOS universalmente assegurados (PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO DO PROJovem URBANO, 2008, p.13).

Visando ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e sem formação profissional, o governo federal lançou o Projovem Integrado. Com essa reformulação, o Programa passou a ser regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, alterando a legislação anterior.

Nessa integração, o Projovem elevou sua faixa etária para jovens de 15 a 29 anos, mas permaneceu com o mesmo objetivo, de promover a reintegração de jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. Com isso ele passou a ser desenvolvido por meio das seguintes modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo – Saberes da Terra e o Projovem Trabalhador.

De acordo com o art. 3º da Lei, são objetivos do Projovem:

- I. Complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária;
- II. Criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional;
- III. Elevar a escolaridade dos jovens do campo e da cidade, visando a conclusão do ensino fundamental, integrado à qualificação social e profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias;
- IV. Preparar o jovem para o mundo do trabalho, em ocupações com vínculo empregatício ou em outras atividades produtivas geradoras de renda (BRASIL, 2008).

Quanto a definição das modalidades previstas:

**Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo:** coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem como objetivo complementar a proteção social básica à família, assegurando dispositivos para garantir a convivência familiar e comunitária, criando condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Destina-se a jovens de 15 a 17 anos que:

- Pertencentes à família beneficiária do Programa Bolsa Família - PBF;
- Egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- Egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI;
- Egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.

**Projovem Urbano:** coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, objetiva elevar a escolaridade com vista à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania. Destina-se a jovens de 18 a 29 anos que:

- Saibam ler e escrever;
- Não tenham concluído o ensino fundamental.

**Projovem Campo - Saberes da Terra:** coordenado pelo Ministério da Educação, tem o objetivo de elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e formação profissional, no estímulo a conclusão do ensino fundamental. A modalidade atende jovens de 18 a 29 anos que:

- Residem no campo;
- Saibam ler e escrever;
- Não tenham concluído o ensino fundamental.

**Projovem Trabalhador:** coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, visa preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, através da qualificação social e profissional. Destina-se a jovens de 18 a 29 anos que:

- Estejam em situação de desemprego;
- Sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até 1 (um) salário-mínimo.

A nova Lei instituiu o Conselho Gestor do Projovem, coordenado pela então pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto

pelos Secretários-Executivos dos Ministérios citados anteriormente e por 1 (um) Secretário Nacional representante de cada um dos Ministérios, indicado pelo Ministro de Estado. Foi estabelecido também com a nova formulação que cada modalidade do Projovem deverá ter 1 (um) comitê gestor definido pelo órgão responsável por sua coordenação.

Assim como em sua primeira fase, entre os anos de 2005 a 2007, o auxílio financeiro aos alunos do Programa permaneceu o mesmo, no valor de R\$ 100,00 mensais, ficando a União a responsável pelo repasse de recursos.

No tópico a seguir, será apresentado o Projovem Urbano, uma das modalidades do Projovem Integrado instituído em 2008, visto como a continuidade da Projovem iniciado em 2005, por possuir os mesmos objetivos e finalidades.

#### **4.1 Projovem Urbano**

O Projovem Urbano representa uma reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária (Projovem) que situa o programa em um novo contexto de políticas governamentais integradas para a juventude. Conforme estabelecido no artigo 12 da Lei federal nº 11.692/2008 “O Projovem Urbano atenderá a jovens de 18 a 29 anos que saibam ler e escrever e não tenham concluído o Ensino Fundamental” (BRASIL, 2008).

O Programa caracteriza-se por apresentar:

- I. Propostas inovadoras de gestão intersetorial, compartilhada por quatro ministérios, e de implantação em regime de cooperação com os Estados, Municípios e DF envolvidos;
- II. Projeto Pedagógico Integrado (PPI) que representa um novo paradigma de formação, articulando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã, como base para o alcance da finalidade pretendida;
- III. Materiais pedagógicos especialmente produzidos para atender a essas características do Programa, constando de guias, manuais e vídeos destinados a: alunos; educadores; gestores; instituições de formação de educadores.

Conforme o Manual do Educador do Projovem Urbano (2012):

O Projovem Urbano reitera a finalidade geral das versões precedentes, que é proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre (i) Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a

conclusão do ensino fundamental; (ii) Qualificação Profissional, com a certificação de formação inicial e (iii) Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p.25).

Nessa perspectiva, apresentam-se como finalidades específicas:

- A reinserção dos jovens no processo de escolarização;
- A identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- A participação dos jovens em ações coletivas de interesse público;
- A inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação;
- A ampliação do acesso dos jovens à cultura (PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO, 2008, p.42).

Numa visão geral é possível distinguir os aspectos essenciais de sua proposta, que objetivam:

- Tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania, o que implica: afirmar o jovem como sujeito de direitos; valorizar suas expressões culturais seus saberes, suas emoções, sensibilidades, sociabilidades, ações éticas e estéticas; compreender a juventude na perspectiva de geração, que necessariamente aponta para novas relações inter e intra-geracionais e pressupõe um diálogo produtor de escutas e aprendizados mútuos;
- Desenvolver um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, em que o jovem atue como sujeito, construtor de um todo que faça sentido para ele;
- Propor novas formas de organização do trabalho escolar, envolvendo diferentes instâncias da administração pública e da sociedade, de modo a viabilizar o desenvolvimento do currículo integrado, o que implica novas formas de gestão compartilhada, de organização dos tempos e dos espaços pedagógicos, de modo a articular a ação criadora dos atores envolvidos com os princípios e diretrizes do projeto pedagógico, evitando que o Programa se descaracterize e perca o sentido;
- Definir estratégias de atuação na sala de aula com vistas a integrar as três dimensões do currículo, de acordo com os fundamentos e diretrizes do Programa, o que exige considerar o múltiplo e o plural implicados nas experiências e conhecimentos dos jovens, bem como em seu percurso escolar anterior;
- Formar educadores para responder aos desafios que se apresentem durante a execução do ProJovem Urbano, o que lhes demanda a competência para planejar e agir



cooperativamente e a capacidade de considerar as diferentes facetas do aluno como ser humano (PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO, 2008, p.15 a 17).

### **Diretrizes Curriculares do Projovem Urbano**

As diretrizes curriculares do Programa fundamentam-se na integração entre Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, conforme mencionadas anteriormente. De acordo com o Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano (2008):

- A Formação Básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos e, ao mesmo tempo, fundamentar a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã;
- A Qualificação Profissional inicial deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens;
- A Participação Cidadã deverá garantir aprendizagens sobre direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários.

### **Matriz Curricular do Projovem Urbano**

O currículo do Projovem Urbano é organizado em torno de 6 eixos estruturantes, que tem a função de organizar os conteúdos de cada área do conhecimento, orientando os educadores na seleção de temas transversais ao público do Programa, são eles: Unidade Formativa I - Juventude e Cultura; Unidade Formativa II - Juventude e Cidade; Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho; Unidade Formativa IV - Juventude e Comunicação; Unidade Formativa V - Juventude e Tecnologia e Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p.42).

O seu currículo ainda propõe 4 (quatro) instrumentos de integração curricular, que são: 1) Sínteses integradoras (textos produzidos pelos alunos resultado de um trabalho específico com temas integradores), que se desdobram em 5 (cinco) temas integradores (Identidade do Jovem; Os territórios da juventude urbana; Viver relações sociais desiguais; Juventude e qualidade de vida e Responsabilidade ambiental); 2) Projeto de Orientação Profissional (POP): com o objetivo de promover o crescimento pessoal, desenvolvimento de visão crítica da realidade e avaliação da formação profissional; 3) Plano de Ação Comunitária (PLA): com o intuito desenvolver a subjetividade dos jovens. O quarto instrumento é o da Informática como instrumento de integração curricular: que traz a proposta da inclusão digital para os jovens (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p.42).

## **Organização Pedagógica**

Por possuir um currículo voltado para a construção do estudante enquanto sujeito ativo na sociedade, é preciso que se viabilize espaços e tempos para o desenvolvimento do trabalho pedagógico do Programa. Com isso o Projovem Urbano é organizado através de Núcleos, vinculados as secretarias de educação municipais, estaduais e distrital, onde se localizam as coordenações locais do Projovem Urbano. De acordo com o Manual do Educador (2012), essa instância constitui uma unidade de organização pedagógica básica, onde são realizadas a maior parte das atividades de ensino e aprendizagem, funcionando nas escolas públicas selecionadas por entes parceiros.

Cada Núcleo acolhe de 150 a 200 jovens, divididos em 5 (cinco) turmas e compostas de 30 a 40 estudantes, podendo funcionar na mesma escola, ou em duas unidades escolares próximas, desde que estejam de preferência próximas a residência ou ao local de trabalho dos alunos, ou caso sejam atendidos pelo estado, a sua realização poderá se dar em dois municípios próximos.

Para o seu funcionamento cada instituição de ensino deve dispor de espaços adequados, tais como:

- Cinco salas de aula;
- Sala de professores;
- Espaços de apoio pedagógico;
- Sala para atendimento educacional especializado, quando necessário;
- Salas de acolhimento para crianças de 0 a 8 anos.

Vale ressaltar que somente haverá Polo do Projovem Urbano quando a secretaria de educação for organizada em coordenadorias ou regionais de ensino. O Polo configura-se como uma instância de gestão do Programa, composta por um diretor; um assistente pedagógico e um assistente administrativo.

## **Tempos pedagógicos do Projovem Urbano**

Considerando a integração entre os componentes curriculares, assim como o desenvolvimento das três dimensões do Programa, a carga horário total do Projovem Urbano é de 2.000 horas, distribuídas em 1.440 horas para atividades presenciais e 560 horas para atividades não-presenciais, cumpridas ao longo de 18 meses letivos, correspondendo a 72 semanas.

Quanto a organização do tempo do estudante, os mesmos possuem aproximadamente 28 horas semanais para o desenvolvimento das atividades e dedicação ao curso. Desse total, 20 horas são de aulas presenciais teórico-práticas e 8 horas de atividades não-presenciais.

Conforme o Manual do Educador (2012), as horas presenciais compreendem, além de atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo de Qualificação Profissional e à Participação Cidadã. Já as horas não-presenciais são dedicadas às leituras e atividades das unidades formativas e à elaboração de planos e registros.

Quanto a organização dos tempos dos educadores, todos são contratados em regime de 30 horas semanais, divididas entre: a) atividades docentes e de orientação pedagógica; b) integração curricular; c) atividades de avaliação, revisão e reforço; d) planejamento de atividades de ensino e aprendizagem e de funcionamento do Núcleo; e) formação continuada (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p.73). Essas atividades são cumpridas nos Núcleos ou em atividades externas. Vale destacar que os educadores para atendimento educacional especializado e dos tradutores e intérpretes de Libras deverão ser contratados conforme a necessidade de cada Núcleo, já os educadores da sala de acolhimento deverão ser contratados em um regime de 20 horas semanais.

#### **Vinculação ao Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)**

Em 2011 o Decreto nº 7.649 alterou o Decreto nº 6.629/2008 determinando que a execução e a coordenação nacional do Projovem Urbano fossem transferidas para o Ministério da Educação (MEC). Essa determinação teve como objetivo, ampliar a atuação do Programa, integrando-o às políticas nacionais de educação. Com isso, os alunos do Programa também passaram a fazer parte do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Em âmbito nacional o Programa passou a ser executado pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), sendo integrado à área de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 2012 foi criada a Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude, que ficou responsável pela coordenação nacional do Projovem Urbano, já no âmbito local a coordenação passou a ser realizada pelas secretarias de educação dos estados e/ou dos municípios e do Distrito Federal.

Diante do seu objetivo maior, o de promover a integração através do tripé Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, espera-se que ao final do curso os jovens desenvolvam a capacidade de:

Afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos; Utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a

dimensão estética das produções culturais; Compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade; Utilizar tecnologias de informática necessárias à busca de informações e à inserção cultural e profissional; Desenvolver competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda; Estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho; Acessar os meios necessários para exercer efetivamente seus direitos de cidadania, tais como: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e suas famílias etc.; Assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade, assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta; Identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar iniciativas concretas visando a sua superação e participar da respectiva implementação e avaliação; Refletir criticamente sobre sua própria prática; Conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos; Exercitar valores de solidariedade e cooperação, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação; Exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática; Continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o aproveitamento de outras oportunidades educativas (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO, 2011, p.21).

Ao propor essa integração, são oferecidas inúmeras oportunidades aos jovens, principalmente quanto a interação social, aquisição de novos conhecimentos, buscando a inclusão social, assim como a perspectiva da formação de um cidadão crítico e ativo na sociedade, reafirmando o jovem enquanto sujeito de direitos e deveres.

No capítulo seguinte, apresentaremos o Projovem Urbano Ceará, objeto de estudo e de investigação deste trabalho.

## **5 O PROJovem URBANO CEARÁ**

Antes de analisarmos o funcionamento do Projovem Urbano Ceará é preciso referenciar no tempo a sua aderência por parte do Governo Estadual. Como aponta Barros, Sousa e Morais (2014), o Governo do Estado aderiu ao Programa no ano de 2008, tendo como meta inicial atender 3.000 jovens em 10 municípios.

Para viabilizar as ações nos estados, o Projovem Urbano trabalha com uma gestão intersetorial e compartilhada, que inclui órgãos responsáveis da administração de políticas de juventude, educação, trabalho e desenvolvimento social. No caso do Ceará o Programa é gerenciado pelo Gabinete do Governador em parceria com a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude; a Secretaria de Educação (SEDUC) a qual também tem a responsabilidade de supervisioná-lo e a Secretaria de Justiça (SEJUS).

Através da celebração de Contrato de Gestão com o Governo do Estado, o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) passou a executar o Programa. Este órgão qualificado pelo Governo do Estado, como Organização Social, constitui uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, estando apto para a execução de políticas públicas. Como missão, o Instituto busca viabilizar soluções para o desenvolvimento complementar e/ou, transversal da educação formal, profissionalizante e tecnológica, do trabalho e do empreendedorismo, visando à inclusão social (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO, 2010).

Com isso, através da adesão por parte do Governo Estadual ao Projovem Urbano, este buscou oferecer aos jovens cearenses de 18 a 29 anos, que saibam ler e escrever, a oportunidade de conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional e o desenvolvimento de atividades de intervenção social.

### **5.1 Análise do funcionamento do Projovem Urbano Ceará**

No dia 15 de maio de 2019 foi realizada na sede da coordenação executiva do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) uma entrevista semiestruturada com Antônio José (coordenador pedagógico do Projovem Urbano Ceará) a fim de investigar o funcionamento do Programa no Ceará. A princípio a entrevista seria com Vandebegue Uchoa Morais (coordenador geral do Projovem Urbano no Ceará), no entanto devido a uma reunião de urgência o mesmo não pôde estar presente, sendo realizada no dia 06 de junho de 2019 através de um aplicativo de mensagens.

O Ceará hoje conta com uma coordenação local, situada na sede do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) em Fortaleza/CE. Compete a essa coordenação, de acordo com as diretrizes gerais do ProJovem Urbano, entre outras funções:

- Gerenciar a execução do Projovem Urbano no nível estadual/municipal/DF;
- Acompanhar e validar os registros de frequência e de aproveitamento dos estudantes, que devem estar atualizados, conforme calendário previsto, no Sistema de Matrícula, Acompanhamento Frequência Certificação do Projovem Urbano;
- Organizar o processo de certificação de conclusão do Projovem Urbano – Ensino Fundamental/EJA, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã – dos estudantes que completaram o curso (PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO DO PROJOVEM URBANO, 2008, p. 49 e 50).

Para viabilizar essas ações, a coordenação local no Ceará é formada por um coordenador geral, um coordenador pedagógico e um assistente administrativo, vinculados a Secretaria de Educação na área da Educação de Jovens e Adultos. Fazem parte também desta equipe de gestão: os educadores da Formação Básica, de Qualificação Profissional, e de Participação Cidadã que cumprem carga horária mensal de 150 horas e 30 horas semanais com diversas atividades.

“Dessas 30 horas, 20 horas são destinadas a atividades em sala de aula e 10 horas para atividades de planejamento, formação continuada, visitas domiciliares, além de outras atividades por ele desenvolvida” (ANTÔNIO JOSÉ, 2019, *sic*).

O Programa conta ainda com auxiliares de desenvolvimento infantil, responsáveis pelo acolhimento infantil de crianças, que trabalham 20 horas semanais de segunda a sexta-feira no período noturno e Professor de atendimento especializado, que no caso do Projovem Urbano Ceará não dispõe, diante da inexistência de demandas de alunos especiais. No entanto, caso haja demanda, o IDT selecionará e contratará um profissional para trabalhar 20 horas semanais em sala de aula. Vale sublinhar que todos esses profissionais participam de formação continuada, o que contribui para melhorias nas práticas pedagógicas em sala de aula.

Para desenvolver as ações do Programa no Estado, se faz necessário uma parceria com os municípios, para isso o IDT conta com o apoio das prefeituras municipais. Desde a sua aderência pelo Governo Estadual, o Programa já esteve presente em mais de 100 municípios do Ceará. São fatores considerados para a seleção dos municípios que serão atendidos: o quantitativo da população de jovens de cada município, os índices de violência juvenil identificada, a taxa de analfabetismo e o percentual de jovens que abandonaram o

Ensino Fundamental, priorizando ainda, a juventude negra (RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA, 2014, p. 196). Com esses critérios de seleção, são observadas as especificidades de cada município e com isso é destinado recursos a cada um deles, conforme a sua realidade. Definidos os municípios são realizadas visitas as Secretarias Municipais, a fim de que os seus gestores conheçam o Programa.

Por meio de convênio com as administrações municipais, estas selecionam as escolas da rede pública para sediá-lo. Com isso a escola passa a executar o Programa na prática e o seu diretor, o gestor do Programa no município.

As parcerias que são firmadas com as prefeituras municipais cuja finalidade é a promoção por parte destes entes de infraestrutura da escola (núcleo) e transporte escolar para os alunos, já que as aulas acontecem no período noturno (BARROS, SOUSA e MORAIS, 2014, p. 26).

Vale destacar que devem ser disponibilizados espaços adequados para o seu funcionamento, onde a escola deve dispor de: Cinco salas de aula, Sala de professores, Espaços pedagógicos: salas para atividades de ensino e aprendizagem, laboratórios de informática, biblioteca; Sala para atendimento especializado, quando necessário e Salas de acolhimento para crianças de 0 a 8 anos (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p. 65).

Para o ingresso dos jovens no Programa é necessário haver uma demanda por parte do Governo do Estado e do Governo Federal, de acordo com o coordenador pedagógico. Em seu primeiro ano de atividades no Ceará a meta inicial foi atender 3.000 jovens em 10 municípios. O acesso às informações da existência do Projovem Urbano nos municípios cearenses se dá através de uma ampla divulgação por parte de uma equipe do IDT.

São realizadas visitas a igrejas, escolas, sindicatos, por todos os espaços coletivos que a juventude possa estar. O Instituto também realiza divulgação em programas de rádio, a fim de que a informação sobre o Projovem Urbano alcance um número maior de jovens (ANTÔNIO JOSÉ, 2019, *sic*).

Sendo assim, democratizar as vagas disponíveis no município é fundamental para que os jovens com perfil do público-alvo encontrem condições de inscrever-se de forma justa e transparente. Vale salientar que a dispersão geográfica do público potencial demanda ações efetivas para identificá-los como para acompanhá-los ao longo da jornada formativa (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p.22). No entanto, o coordenador pedagógico faz uma observação:

“Mesmo com toda a divulgação e os jovens tendo informações sobre o Programa, os mesmos não se dirigem as escolas para realizar sua inscrição” (ANTÔNIO JOSÉ, 2019, *sic*).

Neste sentido, é preciso considerar que a debilidade histórica da presença do Estado efetivando direitos e garantias sociais, [...] também geram incidência sobre suas inseguranças e ceticismo com relação à realização de certas expectativas e conseqüentemente, sobre a confiança para aderirem a programas que possam representar alguma perspectiva em termos de melhoria nas suas atuais condições de vida (BLANCO, 2010, p.11). Na mesma linha de reflexão, o próprio Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano (2008) traz uma análise sobre essa situação:

Muitos partilham de desconfiança em relação a programas e ações governamentais, conhecidos pela descontinuidade administrativa, pela fragmentação e pelos grandes hiatos entre o que é prometido e o que é realizado (PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO DO PROJOVEM URBANO, 2008, p.59).

É notório nos dias de hoje, o receio das pessoas em relação aos programas do governo, sejam eles municipais, estaduais ou federais, que prometem mudanças significativas no contexto socioeconômico. Isso se deve principalmente ao fato de que no imaginário da população, eles não apresentam na prática, o que é prometido em seu discurso e acabam por afastar o seu público-alvo, uma vez que deveriam integrá-los, trazendo com isso, desafios para o ProJovem Urbano.

Quando o jovem ingressa no Projovem Urbano Ceará, são oferecidas muitas vantagens, a primeira sem dúvida, é a conclusão do Ensino Fundamental, além da Capacitação Profissional e da Participação Cidadã. Esses são considerados fatores que demonstram efeitos positivos para que os jovens permaneçam durante os 18 meses no Programa, segundo as entrevistas com os coordenadores.

Conforme dados do Relatório Final de Avaliação do Projovem 2005 a 2008 lançado em 2010, a oportunidade de retomar os estudos e concluir o Ensino Fundamental e a profissionalização, constituíam os principais motivos para o ingresso do jovem no Programa, além do auxílio financeiro. Nesse cenário é importante compreender que essas motivações podem estar ligadas a um conjunto de variáveis, uma delas é ao mercado de trabalho, que diante de suas exigências levam os jovens a retomarem os seus estudos na busca por um acesso mais justo ao mercado de trabalho.

[...] o nível de escolaridade (isto é, a quantidade de anos de estudo que um trabalhador contabiliza na sua vida) influencia diretamente sua remuneração e as suas oportunidades de emprego. Ou, para resumir de uma vez por todas: quem



estuda mais tem maiores chances de conseguir um emprego, manter-se trabalhando e ganhar mais (OLIVEIRA, 2004, p.125).

Para Filho, Andrade e Souza (2013) “as mudanças decorrentes do processo de globalização, fizeram o mercado está cada vez mais competitivo fazendo que as empresas busquem profissionais cada vez mais qualificados a fim de se manterem competitivas no mercado”. Os autores acrescentam ainda que o cuidado com a capacitação profissional se tornou indispensável não só para aqueles que estão em busca de trabalho, mas também para quem já está no mercado.

Consoante Oliveira, Maistro e Quirino (2005) no Projovem Urbano temos que considerar situações que motivem o jovem a se inserir no trabalho, pois, estes estavam afastados dos bancos escolares há algum tempo por diferentes razões, entre elas a exclusão deste pelo próprio sistema escolar, mas que ao retornarem ao ensino ele precisa sentir que a proposta traz algo diferente e que é possível chegar aos resultados e obter a sua certificação no Ensino Fundamental e iniciação ao trabalho.

Segundo o coordenador pedagógico, as três dimensões do Programa (Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Ação Comunitária) por si só não são suficientes para fazer com que o estudante dê continuidade ao curso. A atuação do professor dentro da sala de aula, contribui para a permanência do mesmo. É fundamental o papel do educador neste momento, cabe a ele rever a prática, planejar as atividades que promovam a inserção destes, atingindo diferentes dimensões do ser humano, dando aos alunos espaço para participar da construção destes conhecimentos (OLIVEIRA, MAISTRO e QUIRINO, 2005, p.05).

No que se refere aos fatores que afetam a permanência dos jovens no Projovem Urbano Ceará, estão a necessidade de trabalhar, assim como o consumo de drogas que se configuram como problemas para a sua continuidade. O coordenador pedagógico comenta que:

No campo do trabalho, por se tratarem de jovens, onde muitos já são pais e mães de família e possuem histórico de abandono escolar, muitos precisam se deslocar para outros bairros ou até mesmo para outra cidade para trabalhar (ANTÔNIO JOSÉ, 2019, *sic*).

Ele agrega ainda a entrevista que outra questão relacionada, é o próprio horário de trabalho dos alunos, pois dependendo da jornada geram atrasos nas aulas, desmotivando-os. A conciliação entre o trabalho e estudo, perpassa a vida de muitas pessoas gerando dificuldades e desafios (ABRANTES, 2012). De acordo com a análise da trajetória no

mercado de trabalho do Relatório Final de Avaliação do Projovem 2005 a 2008 lançado em 2010, a maior parte dos jovens do Projovem começou a trabalhar bem antes do término da escolaridade obrigatória, em alguns casos antes da idade mínima legal, influenciando na descontinuidade da trajetória escolar e ligadas diretamente ao seu contexto social. Desse modo é evidente que o trabalho na vida dos jovens do Programa se configura como uma necessidade de sobrevivência, tendo em vista as exigências imediatas do meio onde vive, visando o próprio sustento e o da família.

Outro motivo que tem afetado a estabilidade dos jovens do Projovem Urbano Ceará segundo relato dos coordenadores está relacionado ao consumo de drogas, que representa um fator de risco grave não só para os jovens, como também para a própria política. Diante de todo o processo de vulnerabilidade que a juventude se insere, as drogas se tornam um obstáculo na ida desses jovens aos programas, projetos ou mesmo para a sala de aula. As múltiplas vulnerabilidades, que atingem de formas diferenciadas a juventude, devem ser entendidas como constantes violações dos direitos dos jovens (FACHINETTO, 2010, p.69).

É importante ressaltar que essa temática também é abordada e discutida com os alunos do Programa, mais precisamente na Unidade Formativa VI: Juventude e Cidadania, na matéria de Ciências da Natureza, onde são trabalhados os Efeitos do uso de drogas e suas implicações para a saúde individual e coletiva, assim como temas de Gênero, sexualidade e cidadania, Noções de saúde e autocuidado (PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO DO PROJÓVEM URBANO, 2008, p. 93). Portanto, é pertinente a atenção dada por parte do Programa sobre essa questão presente na vida de jovens do Ceará e no Brasil e que a transposição dessas barreiras compõe tema de debate no Programa.

A partir da transcrição e análise das entrevistas com os coordenadores foi possível identificar que os principais desafios relativos à gestão do Programa no Ceará hoje são:

- Permanência dos jovens em sala de aula durante os 18 meses de curso;
- Propiciar uma aula acolhedora, atrativa e motivadora para os alunos.

Vale frisar que a questão da permanência dos alunos, além de ser um dos problemas que afetam sua continuidade no Programa, também se apresenta como um dos desafios para a gestão. No entanto, para compreender esse obstáculo, cabe considerar entender primeiramente o contexto desses jovens, no que diz respeito a sua cultura, os problemas e conflitos sociais que se fazem presentes na sua vida.

Como afirma Nascimento (2013), “o Projovem Urbano tem como desafio escolarizar os jovens participantes e ao mesmo tempo se diferenciar da escola, pois a própria existência do Programa demonstra que esta não conseguiu, para este público, atingir o objetivo de

garantir a permanência do jovem e a conseqüente conclusão do seu percurso formativo”. A autora em sua análise relata que, ao se diferenciar da escola, o Programa teria como objetivo, proporcionar um ensino contextualizado dos conteúdos, contribuindo para que a aquisição de novos conhecimentos traga mudanças para a vida cotidiana dos jovens.

O segundo desafio vincula-se diretamente a atuação do educador dentro da sala de aula com os alunos, no uso de metodologias que busquem manter um ambiente agradável e saudável para todos e que atendam o caráter interdisciplinar da proposta curricular do Programa. Neste cenário o Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano (2008) aponta para a importância do trabalho em equipe no ProJovem Urbano.

É crucial que os educadores trabalhem cooperativamente e levem seus alunos a fazê-lo também, planejando e executando coordenadamente as atividades de ensino e aprendizagem, de modo a favorecer, juntamente com a apropriação dos conteúdos básicos e a concretização da interdimensionalidade e da interdisciplinaridade, a formação das identidades dos jovens, o desenvolvimento de seus valores éticos e de cidadania (PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO DO PROJOVEM URBANO, 2008, p.100).

Segundo o coordenador pedagógico:

O desafio mesmo é incentivar e motivar esses jovens a permanecerem na escola. O Programa tem todas as outras coisas, tem equipe de professores, tem uma coordenação, tem estrutura de transporte para visitas, têm merenda escolar, material didático (ANTÔNIO JOSÉ, 2019, *sic*).

Na perspectiva do Programa, a gestão não deve se limitar apenas à coordenação local, Núcleo ou Polo, é necessário também repensar a gestão da sala de aula. Nesse sentido, o professor dentro da sala de aula precisa criar nos estudantes, um clima que favoreça o ensino e a aprendizagem. O clima estabelecido com os estudantes se traduzirá em sensibilização; mobilização de seus conhecimentos prévios; estímulo à participação e à cooperação; respeito pelo outro; colocação de desafios à cognição e à criatividade (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p. 80).

Portanto, é fundamental o educador conforme as diretrizes do programa, ir de encontro com as expectativas e vivências trazidas pelos alunos em sua bagagem de conhecimento, utilizando uma metodologia que os façam despertar para a compreensão da importância de aprender novamente no intuito de fazer com que o aluno permaneça até o final do curso. Por tanto “a troca de saberes e vivências é um ponto existente entre educadores e educandos que devem ser valorizados no processo de ensino e aprendizagem a partir de uma formação integral” (SILVA et al., s/d, p.4).

Para Sá (2013) a proposta do Projovem Urbano, está em “formular estratégias de trabalho que possibilitem a constituição de um saber sistematizado, dando sentido aos saberes como atos criativos que proporcionem atitudes diversificadas no enfrentamento da realidade do educando”. A observação da autora nos leva a compreender que o Programa através de sua proposta curricular busca desenvolver uma atitude crítica e reflexiva no sujeito e contribui para a relação entre educador e educando a partir do conhecimento de vivência de cada um.

Ainda sobre os desafios, Blanco (2010) alega que “o Projovem Urbano além de garantir direitos e uma inclusão pelo viés da cidadania a uma população historicamente marginalizada, se faz necessário compreender as expectativas de mobilidade e integração social dos atores envolvidos, bem como seu imaginário sobre os limites e possibilidades das políticas de inclusão a eles destinadas, tão relevantes para a efetividade de programas que têm como finalidade a diminuição das desigualdades sociais oferecendo oportunidades de acesso à educação, trabalho e cidadania para populações em situação de pobreza”.

Desde de que o Governo Estadual aderiu ao Projovem Urbano houve uma crescente expansão no número de municípios atendidos pelo Programa, bem como uma queda em seu quantitativo, como podemos ver abaixo:

- 2008: 3.000 vagas em 10 municípios;
- 2010: 9.400 vagas em 31 municípios;
- 2012: 5.400 vagas em 27 municípios;
- 2013: 8.000 vagas, sendo 7.800 para 39 municípios e 200 para Unidades Penitenciárias;
- 2014: o Estado adere a mais 600 vagas, passando do total de 8.000 para 8.600, divididas em 42 municípios e 2 Unidades Penitenciárias;
- 2015 a 2017: 5.050 vagas em 26 municípios;
- 2018: 600 vagas em 03 municípios.

Diante dos dados apresentados, podemos perceber que houve a expansão da demanda pelo Programa no Estado a cada nova entrada, como também se percebe a queda no número de cidades atendidas, tendo como reflexo, oscilações no quantitativo de jovens atendidos em meio ao número de vagas disponibilizadas. Vale destacar que a expansão do Programa no Estado, foi possível a partir da ampliação territorial do Projovem Urbano, que além de possibilitar a adesão dos municípios com população de 100 mil habitantes ou mais, permitiu também aos estados o atendimento daqueles com populações inferiores a esse número, como

no caso de muitos municípios do Ceará. Essa ampliação territorial permitiu que fossem alcançados pelo Programa muitos jovens moradores de municípios menores que nunca tiveram oportunidade de participar de uma política pública especialmente pensada para eles (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p.22).

Atualmente no Ceará apenas dois municípios recebem o Projovem Urbano, são eles Icó e Quixadá, que juntos somam cerca de 200 alunos inscritos. Esse quantitativo de alunos era maior, no entanto inúmeras desistências aconteceram ao longo do tempo, que segundo o coordenador pedagógico, a principal causa foram as demandas.

O Projovem Urbano foi uma política pública dos governos de esquerda, pensada para o pobre e os governos que estavam entre 2005 até 2016 foram governos que tinham compromisso com a juventude brasileira e por isso a política de juventude estava fortalecida. Quando esses governos saíram do poder, a preocupação e a visão para com a juventude deixaram de existir e a política acabou enfraquecendo (ANTÔNIO JOSÉ, 2019, *sic*).

Nesse contexto, o mesmo relata em entrevista, que desde o ano de 2016 os recursos para o Programa têm diminuído. Reflexo desse cenário é a execução do ano de 2019 com recursos provenientes de outras entradas do Governo Federal, pois caso contrário o Programa não existiria em 2019. Outro reflexo dessa diminuição de recursos é o não pagamento da bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00 (cem) reais para os alunos pelo Governo Federal. No entanto, os alunos continuam recebendo todos os materiais didáticos para realização do curso.

Essas dificuldades, podem ser visualizadas no Relatório de Desempenho Físico Financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza de 2018 do Ceará, que elenca essas dificuldades diante a diminuição dos recursos: Pouca adesão dos jovens às matrículas; Redução dos recursos federais; Não haverá a bolsa-auxílio para os alunos e a Pouca viabilidade de mobilização e articulação, tendo em vista o ano eleitoral.

Trimestralmente é realizado um monitoramento de desempenho do Projovem Urbano Ceará pela Comissão de Avaliação, que objetivam verificar o cumprimento das metas previstas a cada ano do Programa, através do acompanhamento e avaliação de suas atividades. Por meio desse monitoramento são produzidos Relatórios técnicos emitidos pelo IDT, que apresentam Frequência dos alunos, Índice de Evasão, Infraestrutura das Escolas, Regularidade do transporte dos Educadores, Currículo Integrado, Realização das Formações de Educadores. Através deste constante monitoramento das atividades é que se evidencia as possíveis fragilidades que podem afetar o cumprimento das metas previstas pelo Programa, mas que, no entanto, carecem que sejam divulgados para conhecimento da sociedade civil.

Sendo assim, a análise sobre o funcionamento do Projovem Urbano Ceará, constatou a existência de uma coordenação local que gerencia as atividades desenvolvidas pelos municípios que recebem o Programa, conforme as diretrizes previstas no Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano (PPI), e que através de suas ações no estado, tem contribuído para o ingresso de jovens cearenses no Programa, a fim de que as metas estabelecidas sejam cumpridas a cada trimestre. O Programa tem apresentado alguns desafios de ordem não só financeira, com a diminuição dos recursos federais, mas também de ordem humana, como necessidade de trabalhar por parte dos alunos, afetando sua permanência no decorrer do curso. Com isso, não foi possível identificar se o Programa tem se mostrado uma política pública relevante dentro do Estado, haja visto as limitações de informações sobre o mesmo quanto ao cumprimento de suas metas propostas, sendo necessário um aprofundamento maior sobre a temática.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que no Ceará o Governo Estadual tem procurado dar continuidade ao Projovem Urbano, haja visto que desde o início de sua implementação o Estado o aderiu e diante da diminuição de recursos por parte do Governo Federal, que teve como consequência o cancelamento da bolsa-auxílio para os alunos. Ao longo desse período é possível visualizar que o Programa teve uma considerável expansão como também uma queda nos municípios cearenses, fatos que refletem no número de jovens atendidos no decorrer das entradas.

O IDT, órgão que o executa com a parceria das prefeituras municipais, têm buscado democratizar o acesso aos jovens cearenses para que façam sua inscrição no Programa, através de uma ampla divulgação, encontrando por vezes a resistência por parte dos mesmos. Ao ingressarem no Projovem Urbano Ceará, os jovens vêm enfrentando os desafios da conciliação entre o trabalho e os estudos, tendo em vista as necessidades imediatas do seu contexto social. Outro fator de risco tem sido o consumo de drogas por parte dos jovens. Nessa perspectiva, não podemos esquecer da importância do educador na permanência dos alunos no decorrer dos 18 meses de curso, no uso de metodologias que proporcionem a integração e o acolhimento dos alunos, no respeito aos conhecimentos trazidos e ao contexto em que vive. Com isso, este trabalho cumpre o seu objetivo geral de investigar o funcionamento da política pública do Projovem Urbano Ceará.

Como limitações para essa pesquisa, vale destacar a inexistência de literatura sobre o Projovem Urbano a nível estadual, conforme relato do próprio coordenador geral do Programa no Ceará. Outra limitação diz respeito ao fato de o pesquisador não poder ter acesso aos relatórios internos produzidos a cada trimestre sobre o desempenho do Programa, haja visto serem documentos confidenciais, segundo a coordenação local. Logo, cabe aqui destacar a importância da divulgação de dados produzidos e da transparência de informações para fins de pesquisas e conhecimento da sociedade civil sobre as atividades desenvolvidas no Ceará.

De modo geral, ao considerarmos a curta trajetória do Brasil na criação de políticas públicas específicas para a juventude, as ações têm demonstrado avanços em nosso país. Isso se deve a construção de uma agenda governamental que incluíram temáticas relevantes e os problemas que perpassam a vida dos jovens, contribuíram para a criação de diversas instâncias e programas específicos para a juventude brasileira. Fato relevante e que merece destaque foi o reconhecimento da juventude como condição social, e os jovens, enquanto

sujeito de direitos, colaborando especialmente para o desenho de suas políticas públicas, antes marcadas por uma abordagem preventiva e de controle do jovem em situação de risco social.

Como reflexo desse novo cenário, temos a elaboração do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) em 2005, representando o primeiro de uma série de programas e políticas públicas voltados diretamente para a juventude, na tentativa de garantir a inclusão, a autonomia e o protagonismo dos jovens, através da sua reinserção ao processo escolar. Sua reformulação em 2008 ampliou o quantitativo de jovens e de municípios atendidos, trazendo ao Programa novas modalidades, entre elas o Projovem Urbano, que vem favorecendo acesso à escolarização de jovens entre 18 e 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental, mas que saibam ler e escrever.

Vale destacar também a criação de marcos legais, a exemplo do Estatuto da Juventude em 2013, que trouxe em sua estrutura os direitos dos jovens, considerando as pessoas de 15 a 29 anos como a faixa etária referência para formulação de políticas públicas. No entanto, ao mesmo tempo que constituiu uma importante vitória, trouxe consigo o desafio de que esses direitos sejam de fato garantidos e respeitados para esse grupo.

Por fim, apesar das enormes desigualdades sociais em nosso país, cabe ressaltar que as políticas de juventude precisam levar em conta o entendimento da realidade dos jovens, ou seja, elas devem buscar através de suas ações a inclusão desses, atendendo as suas diversidades de experiências, bem como os aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais na elaboração de políticas públicas. É preciso também que, além de atender essas características, essas políticas sejam transversais e se articulem com outros programas e com outras instâncias de governo, assegurando assim o diálogo e a participação da juventude no seu processo de elaboração.

Após a conclusão desta pesquisa, destaco que as possibilidades de estudo sobre este trabalho no campo do conhecimento sobre as políticas públicas para juventude como também sobre o Projovem Urbano não se limitam aqui, exigindo aprofundamento não só teórico como empírico sobre o tema.



## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ser jovem no brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira.** Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=ser-jovem-no-brasil-hoje-politicas-e-perfis-da-juventude-brasileira>. Acesso em: 26 abril 2019.

AGUM, Ricardo; MENEZES, Monique; RISCADO, Priscila. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, v. 3, 2015. Disponível em: <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 23 maio 2019.

ALVES, Sandra Regina. **Políticas Públicas de juventude: uma análise da implementação do Projovem Urbano em Goiânia.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, 2015. Disponível em: [https://cienciapolitica.cienciassociais.ufg.br/up/339/o/8\\_2015\\_Sandra\\_Regina\\_Alves.pdf](https://cienciapolitica.cienciassociais.ufg.br/up/339/o/8_2015_Sandra_Regina_Alves.pdf). Acesso em: 24 abril 2019.

BLANCO, Diego M. **O Projovem Urbano na trajetória das políticas para juventude: Desafios do programa e perspectivas de análise.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. v. 2, n. 3. 2010. Disponível em: <https://rbhcs.com/rbhcs/article/view/49>. Acesso em 05 de junho 2019.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 30 de maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008.** Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei no 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm). Acesso em: 06 maio 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010**. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm). Acesso em 02 de junho 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11692.htm). Acesso em: 06 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projovem Urbano**. 2014. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secadeducacao-continuada-223369541/17462-projovem-urbano-novo>. Acesso em: 24 abril 2019.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. 48 p.: il. Disponível em:  
<http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/117/1/guiajuventude1.pdf>. Acesso em: 25 abril 2019.

BRASIL. **Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano**. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2008. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/104>. Acesso em: 24 abril 2019.

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. **Projovem**. 2007. Disponível em: [http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2007/09/not02\\_05092007](http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2007/09/not02_05092007). Acesso em: 24 de abril 2019.

BRASIL. Secretaria Geral, Secretaria Nacional de Juventude. **Relatório final do Projovem Original 2005-2008**. Brasília, 2010, 125 p.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais** – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014. 128p. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/69>. Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Estatuto da juventude: **Lei nº5 12.852, de 5 de agosto de 2013** / Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: SNJ, 2017. 52 p. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/150>. Acesso em: 30 abril 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Legislação sobre a Juventude**. Disponível em: <http://juventude.gov.br/legislacao#.XMNDA-hKjIU>. Acesso em: 15 maio 2019.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: **Enap**, 2018. 151 p. Disponível em: [http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro\\_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf](http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf). Acesso em: 27 abril 2019.

CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. Conselho Nacional de Juventude. 2006. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/51>. Acesso em: 24 abril 2019.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FACHINETTO, R. F. Juventude e violência: onde fica o jovem numa sociedade “sem lugares”? p.60-71. In.: ALMEIDA, M. DA G. B. (Org.) **A violência na sociedade**

**contemporânea.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 161p. Disponível em:  
<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>. Acesso em 09 de junho 2019.

FÁVERO, Osmar et al. (org.) **Juventude e contemporaneidade.** Brasília: Mec/Unesco, 2007. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/157?mode=full>. Acesso em: 25 abril 2019.

FILHO, E. P. F.; ANDRADE, A. F.; SOUZA, L. Q. **A administração e os desafios da contemporaneidade:** A percepção dos acadêmicos do curso de administração quanto ao desenvolvimento de sua empregabilidade. In: Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:  
<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/43318478.pdf>. Acesso em 09 de junho 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes. Revisão técnica: Dirceu da Silva. Penso Editora. Porto Alegre, 2013. Disponível em:  
<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitat%20e%20qualitat%20-%20IFES/Bauman,%20Bourdieu,%20Elias/Livros%20de%20Metodologia/Flick%20-%20Introducao%20%C3%A0%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>. Acesso em 10 de junho 2019.

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil:** referências conceituais. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. 40 p. Disponível em:  
<http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/212>. Acesso em: 29 abril 2019.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Jovens Urbanos:** marcos conceituais e metodológicos. São Paulo, 2013. Disponível em: [https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/44-jovens-urbanos-marcos-conceituais-metodologicos\\_1510328939.pdf](https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/44-jovens-urbanos-marcos-conceituais-metodologicos_1510328939.pdf). Acesso em: 14 maio 2019.

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA DO CEARÁ. **Relatório de Desempenho de Gestão.** Ceará, 2014. Disponível em:  
<http://fecop.seplag.ce.gov.br/images/stories/servicos/Relatorios%20de%20Desempenho%2>

Ode%20Gestao/2014/Relatorio%20de%20Desempenho%20o%20Semestre%20-%202014.pdf. Acesso em 09 de junho 2019.

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA DO CEARÁ. **Relatório de Desempenho Físico Financeiro da Gestão**. Ceará, 2018. Disponível em:

<http://fecop.seplag.ce.gov.br/images/stories/servicos/Relatorios%20de%20Desempenho%20de%20Gestao/2018/Relatorio%20de%20Desempenho%20Fisico%20Financeiro%20-%20Semestral%20-%202018%20-%20Volume%201.pdf>. Acesso em 09 de junho 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (Orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 29 de maio 2019.

GIANEZINI et al. **Políticas públicas**: definições, processos e constructos no século XXI.

Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2017. Disponível em:

<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8262/5211>.

Acesso em 27 de abril 2019.

GROPPO, Luís Antônio. Juventudes e políticas públicas: comentários sob as concepções sociológicas da juventude. **Revista Desidades**. n.14, ano 5, mar-2017. Disponível em:

[http://desidades.ufrj.br/featured\\_topic/juventudes-e-politicas-publicascomentarios-sobre-as-concepcoes-sociologicas-de-juventude/3/](http://desidades.ufrj.br/featured_topic/juventudes-e-politicas-publicascomentarios-sobre-as-concepcoes-sociologicas-de-juventude/3/). Acesso em: 24 de abril 2019.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. Características gerais dos domicílios e dos moradores: 2018. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101654>.

Acesso em: 23 maio 2019.

IBGE. Educação 2017. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/%20%20trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=21073%252525253E&t=publicacoes>. Acesso em: 23 maio 2019.

IPEA E FBSP. **Atlas da violência**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33410&Itemid=432](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432). Acesso em: 21 maio 2019.

IPEA. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas**

**públicas** / organizadoras: Enid Rocha Andrade da Silva, Rosana Ulhôa Botelho. – Brasília, 2016. 329 p. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27571](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27571). Acesso em: 26 abril 2019.

IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil** / organizadores: Jorge Abrahão de Castro,

Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. – Brasília, 2009. 303 p. Disponível

em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5641](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641).

Acesso em: 26 abril 2019.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São

Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis:

Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Natália Ilka Moraes. **Programa Projovem Urbano: anotações sobre**

escolarização, inclusão social e juventude. *Revista Enfoques*. v. 12, n. 2. 2013. Disponível

em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/64>. Acesso em 05 de junho 2019.

NORONHA, Andrius Estevam. Conceitos básicos em Políticas Públicas no Brasil

contemporâneo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 2,

2005. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/45>.

Acesso em: 27 abril 2019.

NOVAES, Regina Reyes (2007). **Políticas de juventude no Brasil:** Continuidades e rupturas. In Osmar Fávero, Marília Pontes Spósito, Paulo Carrano & Regina Reyes Novaes, *Juventude e contemporaneidade* (pp. 253-281). Brasília: UNESCO/MEC/ANPED.

Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 25 abril 2019.

OLIVEIRA, Marco Antonio Garcia. **O novo mercado de trabalho:** Guia para iniciantes e sobreviventes. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio. 2 ed., 2004.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações de teses. São Paulo: Pioneira, 2004.

OLIVEIRA, Vera Lucia Bahl; MAISTRO, Virginia Iara; QUIRINO, Josiane da Silva;. **Educação no Projovem Urbano:** Um espaço de diálogo, reflexão e emancipação. 2005. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1002-2.pdf>. Acesso em 06 de junho 2019.

PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; VENTURI, Gustavo; NOVAES, Regina. **Agenda Juventude Brasil:** leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/133>. Acesso em 02 de junho 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2. ed., 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 29 de maio 2019.

PROJOVEM URBANO. **Manual do educador: orientações gerais** / [organização: Maria Umbelina Caiafa Salgado; Revisão Ortográfica: Rafael Paixão Barbosa] – Brasília:

Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012. 216p.: il. – (Coleção Projovem Urbano).

RIBEIRO, Eliane. Políticas de juventude no Brasil: conhecimento e percepção dos jovens. **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. Cap. 3, p.287-307. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/133>. Acesso em 02 de junho 2019.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 42, p. 107-126, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0797-55382018000100107](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0797-55382018000100107). Acesso em: 25 abril 2019.

SÁ, Roselene Moura de. **Projovem urbano: desafios, perspectivas e implicações de uma política pública na constituição dos saberes discentes**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2013, 140p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7565>. Acesso em 30 de maio 2019.

SANTOS, Agnaldo dos. **Construção das Políticas Públicas** – processos, atores e papéis. Instituto Pólis, 2009. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/1244/1244.pdf>. Acesso em: 27 abril 2019.

SEBRAE. **Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas** – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%20C%20ABLICAS.pdf>. Acesso em: 27 abril 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.



SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em:  
<http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/59>. Acesso em 26 de abril 2019.

SILVEIRA, Daniel. Desemprego entre os jovens é superior ao dobro da taxa geral, aponta IBGE. **G1**, 2018. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/17/desemprego-entre-os-jovens-e-superior-ao-dobro-da-taxa-geral-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 16 de maio 2019.

SINHORETTO, Jacqueline. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Secretaria Nacional da Juventude, 2015. Disponível em:  
<http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/89>. Acesso em 25 abril 2019.

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092003000100003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092003000100003&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 15 maio 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 15 maio 2019.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas, não o Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, n. 24, p. 16-39, 2003. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003). Acesso em: 25 abril 2019.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003. Disponível em:  
[http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/477\\_1428\\_JovensBrasil.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/477_1428_JovensBrasil.pdf). Acesso em: 01 maio 2019.

TUDE, João Martins. **Conceitos gerais de Políticas Públicas**. Curitiba: IESDE Brasil SA, p. 11-34, 2010. Disponível em: <http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24132.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

ZAPPELLINI, Marcello Beckert; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. O Uso da Triangulação na Pesquisa Científica Brasileira em Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 241-273. 2015. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238/183>. Acesso em: 16 jun. 2019.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

- Como funciona o Projovem Urbano?
- Qual o público alvo do Programa? (sexo, raça, número de jovens atendidos)
- Descreva o processo de ingresso dos jovens no Programa?
- Quais os fatores que afetam a permanência dos jovens no Programa?
- Quais os desafios relativos à gestão do Projovem Urbano?
- Como se dá a organização do trabalho e tempo pedagógico do Programa?
- Como acontece a avaliação do ensino e aprendizagem do ProJovem Urbano?

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de graduação Robert Alves Gomes, de matrícula de número 382012, do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, que pode ser contatado pelo e-mail robertalves89@hotmail.com e pelo telefone (85) 99158-7983. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevista com os coordenadores geral e pedagógico do Projovem Urbano Ceará, sob orientação da professora Verônica Salgueiro do Nascimento, da referida Universidade, visando, por parte do discente a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso de graduação intitulado “Políticas Públicas de Juventude: uma análise do Projovem Urbano Ceará”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados e publicados na pesquisa citada e que será preservado o meu anonimato, caso eu julgue necessário, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento, caso eu julgue necessário. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

---

Assinatura do participante

---

RG ou CPF

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019